



# PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.114.272/0001-88

**LEI MUNICIPAL Nº 1.973/2017, DE 05 DE OUTUBRO DE 2017.**

**“ESTABELECE DIRETRIZES PARA A POLÍTICA MUNICIPAL DE TURISMO, REESTRUTURA O CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO (COMTUR) E INSTITUI O FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO (FUMTUR) DO MUNICÍPIO DE DIVINO – MG.**

O Prefeito de Divino, Estado de Minas Gerais, faz saber que o Legislativo Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

## **DIRETIZES DA POLÍTICA DE TURISMO**

**Art. 1º.** Ficam estabelecidas, por meio da presente legislação, as diretrizes para a Política de Turismo do Município de Divino – MG, voltadas à promoção do desenvolvimento social e econômico local e embasadas na proteção do patrimônio natural, histórico e cultural, na redução das desigualdades sociais e na melhoria da qualidade de vida da população.

**Art. 2º.** Na Política Municipal de Turismo de Divino – MG devem ser observados os seguintes parâmetros e objetivos norteadores do desenvolvimento social:

I - fortalecer a agricultura familiar do município, ampliando o valor agregado à produção primária e à sua comercialização;

II - estimular o fortalecimento das cadeias produtivas do município;

III - buscar alternativas para que o pequeno produtor explore suas terras e patrimônios naturais e ambientais de forma racional, correta e lucrativa;

IV - promover a gestão ambiental através da conservação dos solos, da gestão das micro-bacias hidrográficas, da proteção das matas ciliares e da criação das unidades de conservação;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.114.272/0001-88

V – fomentar parcerias para viabilizar e promover o aumento das linhas de financiamento e crédito voltadas à atividade agrícola;

VI - elaborar planos ecológico-econômicos sustentáveis;

VII - atrair novos setores produtivos para o município, em consonância à política de desenvolvimento regional;

VIII – promover a política de incentivo à implantação de pequenas e médias indústrias no município;

IX - incentivar o empreendedorismo a partir da identificação de vazios econômicos no município utilizando ferramentas de geografia de mercado;

X - consolidar o setor industrial do município como espaço físico, disciplinando a ocupação e a expansão deste;

XI - fortalecer as atividades comerciais do município através da estruturação e consolidação do centro urbano tradicional;

XII - incentivar o ensino e a pesquisa, promovendo planos conjuntos às instituições de ensino superior da região.

**Art. 3º.** Cabe ao Poder Executivo promover e incentivar o turismo como fator estratégico de desenvolvimento econômico e social, visando ampliar gradativamente e quantitativamente os fluxos de visitantes para aumentar a taxa de permanência destes no município.

**Art. 4º.** Para a promoção do turismo no município, devem ser observadas as seguintes diretrizes:

I - otimizar o aproveitamento econômico do potencial turístico do município como fonte de empregos e geração de renda;

II - consolidar o turismo na zona rural;

III - estimular o turismo agro-ecológico em propriedades rurais;

IV - criar roteiro turístico de referência no município;

V - estimular a construção de equipamentos de hospedagem nas áreas urbana e rural, fomentando o desenvolvimento do turismo;





# PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.114.272/0001-88

VI - fortalecer as atividades gastronômicas, esportivas, culturais e tradicionais do município;

VII – inserir ativamente o município em associações, circuitos turísticos e demais organizações com a finalidade de fortalecer a política de turismo na região.

## DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO

**Art. 5º.** Fica reestruturado o Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) do município de Divino - MG com o objetivo de implantar e fomentar a política municipal de turismo, sendo este um órgão consultivo, deliberativo e de assessoramento, organizado através da presente Lei, especificamente para promover e incentivar o desenvolvimento sustentável do município, considerando os fatores ambientais, econômicos, sócio-culturais e político-institucionais nos termos do Art.180 da Constituição Federal.

**Art.6º.** Compete ao COMTUR:

I – formular as diretrizes básicas a serem obedecidas na política municipal de turismo;

II – propor resoluções, instruções ou atos regulamentares necessários ao pleno exercício de suas funções, bem como modificações ou supressões de exigências administrativas ou regulamentares que dificultem as atividades do turismo;

III – opinar, previamente, sobre Projetos de Leis que se relacionam com o turismo ou adotam medidas que neste possam ter implicações;

IV – desenvolver programas e projetos específicos para o desenvolvimento turístico visando aumentar o fluxo de turistas e seu tempo de permanência no município;

V – estabelecer diretrizes para um trabalho coordenado em rede entre os serviços públicos municipais e os prestados pela iniciativa privada, com o objetivo de promover infra-estrutura adequada à implantação do turismo;

VI – estudar de forma sistemática e permanente o mercado turístico do município, a fim de apurar os dados necessários para um adequado controle técnico;

VII – programar e executar conjuntamente com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Turismo os debates sobre temas de interesse do município;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.114.272/0001-88

VIII – manter, conjuntamente à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Turismo, o cadastro de informações turísticas de interesse do município;

IX - promover e divulgar as atividades ligadas ao turismo;

X – apoiar, em nome do município, a realização de congressos, públicos e privadas, nacionais e internacionais, com o objetivo de promover intercâmbios de interesse turístico;

XI – propor convênios com órgãos, entidades e instituições, públicas e privadas, nacionais e internacionais, com o objetivo de promover intercâmbios de interesse turístico;

XII – propor planos de financiamentos e convênios com instituições financeiras, públicas e privadas;

XIII – examinar e emitir parecer sobre as contas que lhe forem apresentadas referentes aos planos e programas de trabalho executados;

XIV – fiscalizar a captação, o repasse e a destinação dos recursos de competência do Fundo Municipal de Turismo (FUMTUR);

XVI – elaborar seu regimento interno.

**Art. 7º.** O COMTUR será composto por 10 (dez) representantes titulares e 10 (dez) suplentes com a seguinte composição:

I – 05 (cinco) membros do Poder Executivo Municipal, indicados pelo Prefeito, devendo ser representantes das seguintes áreas: dois membros da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Turismo, um membro da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, um membro da Secretaria Municipal de Obras e um membro do Setor Municipal de Patrimônio Cultural.

II – 02 (dois) representantes do comércio local priorizando proprietários de bares, restaurantes e lanchonetes;

III - 01 (um) representante do Sindicato dos Produtores Rurais de Divino;

IV – 01 (um) representante de meios de transporte;

V - 01 (um) representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Divino.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.114.272/0001-88

§ 1º. Para cada um dos membros nomeados neste artigo será nomeado um suplente, igualmente indicado pelo órgão ou entidade representado.

§ 2º. Os representantes e seus suplentes serão indicados pelos respectivos órgãos ou entidades a que representarão e apresentados ao Chefe do Executivo Municipal.

§ 3º. Os membros titulares e suplentes participarão de todas as reuniões do COMTUR a que forem convocados, participando ativamente de suas discussões, exercendo plenamente seu direito a voz e voto.

§ 4º. Cada representante terá mandato de dois anos, podendo ser reconduzido por igual período uma única vez.

§ 5º. As entidades públicas indicarão seus representantes por ofício.

§ 6º. Os representantes do poder Executivo terão seus mandatos coincidentes com o mandato do Chefe do Executivo Municipal.

§ 7º. Os integrantes do COMTUR serão nomeados por Decreto do Executivo Municipal.

§ 8º. Os Conselheiros não receberão remuneração pelo exercício de suas funções, que serão consideradas serviço público relevante.

§ 9º. O COMTUR deverá acompanhar, monitorar e avaliar a conjuntura municipal do turismo, comunicando, sempre que necessário, o resultado de suas ações ao Executivo e ao Legislativo Municipal.

**Art. 8º.** O COMTUR fica assim organizado:

I – Plenário;

II – Diretoria;

III – Comissões.

§ 1º. A Diretoria do COMTUR será constituída por um presidente, um vice-presidente e um secretário;

§ 2º. A Diretoria será eleita em plenária, entre os membros do COMTUR, para mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzido uma única vez.

§ 3º. O detalhamento da organização do COMTUR será objeto do respectivo regimento interno, que será elaborado por seus membros, num prazo de até 180 (cento e oitenta) dias a partir da publicação desta Lei e do decreto de nomeação dos mesmos.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.114.272/0001-88

**Art. 9º.** As despesas decorrentes da presente Lei serão atendidas por rubricas próprias do orçamento municipal, que poderão ser suplementadas.

## DO FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO

**Art. 10.** Fica instituído, nos termos do Artigo 167, inciso IX, da Constituição Federal, e dos Artigos 71 a 74 da Lei Federal 4.320/64, o Fundo Municipal de Turismo (FUMTUR), de natureza especificamente contábil, vinculado à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Turismo.

**Art. 11º.** Constituirão receitas do FUMTUR:

I – Os valores cobrados pela cessão de espaços públicos para eventos de cunho turístico e de negócios, e o resultado de suas bilheterias, quando não revertidos a título de cachês ou direitos.

II – a venda de publicações editadas pelo COMTUR;

III – a participação na renda de filmes e vídeos de propaganda turística do município;

IV – os créditos orçamentários ou especiais que lhe sejam destinados;

V – as doações de pessoas físicas e ou jurídicas;

VI – os créditos orçamentários ou especiais que lhe sejam destinados;

V - as doações de pessoas físicas e ou jurídicas;

VI – as contribuições de qualquer natureza, sejam públicas ou privadas;

VII – os recursos provenientes de convênios que sejam celebrados;

VIII – o produto de operações de crédito realizadas pelo COMTUR, observada a legislação pertinente e destinadas a esse fim específico;

IX – os rendimentos provenientes da aplicação financeira de recursos disponíveis;

X - os recursos provenientes do ICMS Turístico;

XI - outras rendas eventuais.

**§ 1º.** O eventual saldo não utilizado pelo FUMTUR será transferido para o próximo exercício.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.114.272/0001-88

§ 2º. Na aplicação dos recursos do FUMTUR haverá estrita observância às exigências licitatórias, fiscais, previdenciárias e trabalhistas.

**Art. 12.** O chefe do Executivo Municipal será o ordenador de despesas do FUMTUR, devendo proceder a movimentação financeira em conjunto com o Secretário Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Turismo.

**Art.13.** O FUMTUR destina-se:

I – ao fomento das atividades relacionadas ao turismo no município, visando sempre à promoção das atividades de resgate, valorização, manutenção e preservação do patrimônio natural, cultural, histórico e artístico;

II- à melhoria da infra-estrutura urbana e rural destinadas ao turismo;

III – ao treinamento e capacitação de membros e órgãos vinculados ao turismo municipal, especialmente os membros do COMTUR e da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Turismo;

IV – à criação e manutenção de serviços de apoio ao turismo;

V – à contratação de serviços de pesquisa e elaboração de projetos voltados ao fomento do turismo no município;

VI - à manutenção dos programas, projetos e eventos de cunho turístico e/ou de interesse da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Turismo;

VII – à manutenção do calendário festivo-cultural do município;

VIII – à aquisição de bens de consumo e outros destinados aos serviços de turismo.

**Art. 14.** Por meio de legislação específica, o COMTUR abrirá pelo menos um Edital por ano, facultando a pessoas físicas e jurídicas a apresentação de projetos a serem por ele custados.

§ 1º. O projeto apresentado será avaliado previamente pelo COMTUR, ao qual terá competência para emitir parecer aprovando, reprovando ou sugerindo alterações ao projeto original;

§ 2º. Para avaliação dos projetos, o COMTUR deverá levar em consideração os seguintes aspectos:



# PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.114.272/0001-88

- I – orçamento do projeto, considerando o custo-benefício;
- II – retorno de interesse público;
- III – clareza e coerência dos objetivos;
- IV – criatividade;
- V – relevância para o município;
- VI – valorização do turismo no município;
- VII – capacidade de execução do proponente, através da análise dos currículos.

§ 3º. Havendo aprovação do projeto na intriga, ou parcialmente, ou com as alterações sugeridas pelo COMTUR, será o mesmo encaminhado à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Turismo, para a homologação final e liberação dos recursos.

§ 4º. Uma vez homologado o projeto, será celebrado instrumento de convênio entre a municipalidade e o proponente beneficiário dos recursos, estabelecendo todas as obrigações das partes, nas quais constará, em especial, a previsão de:

- I – repasse dos recursos de acordo com cronograma e comprovação da exceção das etapas do projeto aprovado;
- II – devolução ao FUMTUR dos recursos de acordo com cronograma e comprovação da exceção das etapas do projeto aprovado;
- III – sanções cíveis caso constatadas irregularidades na execução do projeto ou na sua prestação de contas, podendo haver, inclusive, a proibição do beneficiário de receber novos recursos do FUMTUR e do município, pelo prazo de até 30 (trinta) anos, sem prejuízo das demais sanções administrativas e criminais cabíveis;
- IV – observância das normas licitatórias.

§ 5º. Antes da assinatura do convênio, o proponente ao Fundo deverá comprovar previamente a sua regularidade jurídica e fiscal, bem como a qualificação técnica dos profissionais envolvidos com o projeto a ser executado.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.114.272/0001-88

**Art. 15.** Aplicar-se-ão ao FUMTUR as normas legais de controle, prestação e tomada de contas em geral, sem prejuízo de competência específica da Câmara Municipal e do Tribunal de Contas.

**Art.16.** Ao município incumbe a realização de inspeções e auditorias, objetivando acompanhar a execução dos projetos aprovados e as respectivas prestações de contas, bem como solicitar dados e informações que otimizem o monitoramento, o aperfeiçoamento e a avaliação das ações e projetos vinculados ao FUMTUR.

**Art.17.** Os relatórios de atividades, receitas e despesas do FUMTUR com recursos públicos serão incorporados ao patrimônio público municipal.

**Art.18.** Ocorrendo a extinção do FUMTUR, os bens permanentes adquiridos com recursos públicos serão incorporados ao patrimônio público municipal.

**Art.19.** O funcionamento, a gestão e a aplicação dos recursos do FUMTUR pautar-se-ão pela estrita observância aos princípios da legalidade, economicidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, finalidade, motivação, razoabilidade, eficiência, ampla defesa, contraditório, transparência, probidade, decoro e a boa-fé, estando os seus gestores e beneficiários sujeitos à responsabilidade administrativa, civil e penal em caso de prática de ato ilícito.

**Art.20.** Esta Lei será regulamentada, no que for necessário, por Decreto do Executivo Municipal, no prazo de 90 (noventa) dias.

**Art.21.** Revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal nº 1.659/2007, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Divino, 05 de Outubro de 2017.

  
**GILVAN PINHEIRO DE FARIA**  
Prefeito Municipal

Rua Marinho Carlos de Souza, nº 05 – Centro – Divino/MG – CEP 36.820-000

TEL: (032) 3743-1156

Site: [www.divino.mg.gov.br](http://www.divino.mg.gov.br)

e-mail: [prefeituradivino@gmail.com](mailto:prefeituradivino@gmail.com)

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO

Publicado por afiliação em 05/10/17  
conforme Artigo nº 94 da Lei Orgânica Municipal

Ass: do responsável

  
Gilberto Pinheiro de Miranda  
CHEFE DE GABINETE



**PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO**  
ESTADO DE MINAS GERAIS  
CNPJ 18.114.272/0001-88

**REGIMENTO INTERNO**

**CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO – COMTUR  
DIVINO - MG**

**CAPÍTULO I  
DA FINALIDADE DO CONSELHO**

**Art. 1º.** O Conselho Municipal de Turismo de Divino - COMTUR, criado pela **Lei Municipal Nº 1973/2017, de 5 de outubro de 2017**, reger-se-á pelas disposições do presente Regimento.

**Art. 2º.** O COMTUR tem por objetivo orientar, promover e gerir o desenvolvimento do turismo sustentável no Município.

**CAPÍTULO II  
DA CONSTITUIÇÃO**

**Art. 3º.** O COMTUR será constituído por **10 (dez) membros efetivos e 10 (dez) membros suplentes, sendo representantes do setor público e representantes do setor privado e/ou da comunidade**, com vínculo e interesse no desenvolvimento turístico e cultural do Município, exercendo seu mandato de forma não remunerada.

**Art. 4º.** O COMTUR terá a seguinte estrutura:

- I. Presidente
- II. Vice-Presidente
- III. Diretor Financeiro
- IV. Secretário Executivo
- V. Secretário Adjunto
- VI. Membros

**§ 1º.** O cargo de Presidente caberá ao (à) Secretário (a) Municipal de Turismo e seu mandato se encerrará com o final do mandato do Executivo Municipal;

**§ 2º.** Vice-presidente, Diretor Financeiro e Secretário Executivo serão eleitos pelos Membros do COMTUR;

**§ 3º.** O mandato dos Membros do Conselho será de 02 (dois) anos, sendo possível uma recondução por igual período.

**§ 4º.** Quando ocorrer vaga, o novo Membro designado para substituição complementar o mandato do substituído.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.114.272/0001-88

§ 5º. O mandato dos membros do Conselho será exercido gratuitamente e suas funções consideradas como prestação de serviços relevantes ao Município.

## CAPÍTULO III DAS COMPETÊNCIAS

### SEÇÃO I DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO

**Art. 5º.** Compete ao COMTUR:

- I. formular o Plano de Desenvolvimento do Turismo Sustentável - PDTS, definindo as diretrizes e o formato de implantação das políticas públicas para o turismo, especificando prioridades, metas e recursos;
- II. propor à Administração Pública Municipal a implantação e manutenção do PDTS, em colaboração com órgãos oficiais Municipais, Estaduais ou Federais, atraindo a parceria com organizações especializadas públicas ou privadas;
- III. deliberar sobre os projetos, planos e/ou processos de desenvolvimento do turismo, elaborados pelas Secretarias Municipais afins;
- IV. estimular a participação e o debate amplo com a comunidade na decisão das políticas públicas para o turismo;
- V. aprofundar a discussão dos diversos temas referentes ao turismo nas Comissões Temáticas, incentivando a participação de organizações e setores da comunidade;
- VI. definir estratégias de divulgação para a sociedade, garantindo a circulação das informações e sua compreensão;
- VII. interagir as demandas turísticas concretas com os planos e políticas públicas;
- VIII. elaborar estratégias de negociação com a Administração Pública Municipal;
- IX. monitorar e avaliar as ações da Administração Pública Municipal na execução do PDTS;
- X. tornar público o orçamento, a prestação de contas e as ações da Administração Pública Municipal, conferindo transparência para suas políticas;
- XI. produzir resultados concretos, melhorando a qualidade de vida da comunidade e o acesso aos direitos do cidadão;
- XII. estabelecer parâmetros de qualidade dos serviços turísticos públicos e privados;
- XIII. propor medidas ou atos regulamentares referentes à exploração de serviços turísticos no Município;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO**  
ESTADO DE MINAS GERAIS  
CNPJ 18.114.272/0001-88

---

- XIV. indicar representantes para integrarem delegações do Município a congressos, convenções, reuniões ou novos acontecimentos que ofereçam interesse à política municipal de turismo;
- XV. organizar e promover amplos debates sobre os assuntos de interesse turístico para o Município ou região;
- XVI. diagnosticar e manter atualizado o cadastro de informações de interesse turístico e orientar sua melhor divulgação;
- XVII. propor formas de captação de recursos para o desenvolvimento do turismo no Município;
- XVIII. colaborar na elaboração do calendário turístico do Município;
- XIX. elaborar e aprovar o seu Regimento Interno;
- XX. formar grupos de trabalho para atividades específicas;
- XXI. promover a integração do Município a programas estaduais, federais e outros, pertinentes à consecução de seus objetivos;
- XXII. promover, deliberar e ou sugerir a celebração de convênios com órgãos e instituições públicos, mistos, privados, nacionais, internacionais de turismo ou afins;
- XXIII. manter intercâmbio com as diversas entidades de turismo, sejam públicas, privadas ou mistas;
- XXIV. monitorar o crescimento do turismo no Município, propondo e deliberando sobre medidas que atendam à sua capacidade turística;
- XXV. desenvolver programas e projetos de interesse turístico, visando incrementar o fluxo de turistas ao Município, respeitando sua capacidade receptiva, bem como seu patrimônio natural, cultural, histórico e artístico;
- XXVI. estabelecer diretrizes para um trabalho coordenado entre serviço público municipal e o prestado pela iniciativa privada e sociedade civil;
- XXVII. contribuir para a promoção de campanhas de conscientização da comunidade voltadas para a atividade turística;
- XXVIII. participar da elaboração das normas de gestão dos prédios e estabelecimentos públicos de interesse do turismo, assim como dos produtos turísticos;
- XXIX. deliberar sobre toda e qualquer questão referente ao desenvolvimento turístico do Município;
- XXX. gerir a movimentação do Fundo Municipal de Turismo – FUMTUR, juntamente com o chefe do poder executivo, Prefeito Municipal e a tesouraria da Prefeitura Municipal;
- XXXI. exercer simultaneamente as funções do Conselho Gestor e Fiscalizador do Fundo Municipal do Turismo – FUMTUR, cujas especificações encontram-se no Estatuto do Fundo;





**PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
CNPJ 18.114.272/0001-88

---

- XXXII. fiscalizar, coordenar, orientar e avaliar os trabalhos para a realização de eventos dentro do município na sua área competente.

**SEÇÃO II**  
**DO MEMBRO DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO**

**Art. 6º.** É da competência do Membro do COMTUR:

- I. comparecer às sessões do Conselho;
- II. eleger, entre seus pares o Vice-Presidente, o Diretor Financeiro, o Secretário Executivo e o Secretário Adjunto;
- III. estudar os assuntos que lhe forem submetidos, emitindo parecer;
- IV. participar das discussões e deliberações do Conselho, apresentando proposições, requerimentos, moções e questões de ordem;
- V. votar as proposições submetidas à deliberação do Conselho;
- VI. pedir vista de pareceres ou resoluções e solicitar o andamento de discussões e votações;
- VII. requerer urgência para discussão e votação de assuntos não incluídos na ordem do dia, bem como preferência nas votações e discussões de assuntos de interesse emergente;
- VIII. assinar atas, resoluções e pareceres;
- IX. apresentar retificações ou impugnações das atas;
- X. justificar seu voto, dentro do prazo fixado pelo Presidente;
- XI. apresentar à apreciação do Conselho quaisquer assuntos relativos à sua atribuição;
- XII. desempenhar os encargos que lhes forem atribuídos pelo Presidente, apresentando o competente relatório;
- XIII. comunicar previamente ao Presidente a ausência ou a impossibilidade de comparecer às reuniões para as quais forem convocados.
- XIV. requerer a convocação de sessões, justificando a necessidade, quando o presidente ou o seu substituto legal não o fizer;
- XV. tomar parte nas discussões e votações, apresentar emendas ou substitutivos às conclusões de pareceres ou resoluções;
- XVI. cumprir as determinações deste Regimento.

**SEÇÃO III**  
**DO PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE**

**Art. 7º.** Compete ao Presidente do COMTUR:

- I. representar o COMTUR em toda e qualquer circunstância;



## PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ 18.114.272/0001-88

- 
- II. convocar e presidir as reuniões do COMTUR;
  - III. convocar as reuniões extraordinárias, dando ciência a seus membros com pelo menos 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, por contato telefônico, correspondência, correio eletrônico ou pessoalmente;
  - IV. coordenar as atividades do COMTUR;
  - V. cumprir as determinações do Regimento Interno;
  - VI. propor ao COMTUR as reformas do Regimento Interno;
  - VII. cumprir e fazer cumprir as decisões do COMTUR;
  - VIII. assinar as atas de sessões, juntamente com o Secretário Executivo;
  - IX. adotar as providências necessárias ao acompanhamento, pelo COMTUR, da execução dos projetos e propostas de interesse turístico do Município;
  - X. organizar a ordem do dia das reuniões ordinárias e enviar a pauta aos membros, no prazo mínimo de 5 (cinco) dias de antecedência;
  - XI. abrir, prorrogar, encerrar ou suspender as reuniões do COMTUR;
  - XII. convidar pessoas de interesse do COMTUR para participar das reuniões, com direito a voz e não a voto, com o objetivo de colaborar com o Conselho;
  - XIII. determinar a verificação de presença, através do respectivo livro;
  - XIV. determinar a leitura da ata e das comunicações que entender necessárias;
  - XV. conceder a palavra aos membros do COMTUR;
  - XVI. colocar matéria em discussão e votação;
  - XVII. anunciar o resultado das votações;
  - XVIII. ser o voto de desempate;
  - XIX. decidir sobre questões de ordem, ou submetê-las à consideração dos membros do COMTUR, quando omissos no Regimento;
  - XX. propor normas para o bom andamento dos trabalhos do Conselho;
  - XXI. mandar anotar os precedentes regimentais, para solução de casos análogos;
  - XXII. estabelecer relação para o estudo preliminar dos assuntos a serem discutidos nas reuniões;
  - XXIII. visitar os livros e documentos destinados aos serviços do Conselho e seu expediente;
  - XXIV. determinar o destino do expediente lido nas sessões;
  - XXV. agir em nome do Conselho, ou delegar representação aos membros, para manter os contatos com as autoridades e órgãos afins;
  - XXVI. emitir edital para apresentação de projetos que concorrerão aos recursos do Fundo Municipal do Turismo - FUMTUR;
  - XXVII. assinar com o Prefeito Municipal a movimentação do FUMTUR;
  - XXVIII. constituir Sub-Comissões para estudos e trabalhos especiais relativos à competência do Conselho, designando seus respectivos Presidentes e Secretários e seus substitutos em suas eventuais ausências;





# PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.114.272/0001-88

- XXIX. estabelecer regulamentos e atribuições para funcionamento das Sub-Comissões;
- XXX. designar os substitutos dos membros do Conselho, em suas ausências, nos termos deste Regimento.
- XXXI. cumprir as demais determinações deste regulamento.

**Parágrafo único.** Ao Vice-Presidente do COMTUR compete colaborar com o Presidente, substituindo-o nos impedimentos.

## SEÇÃO IV DO DIRETOR FINANCEIRO

**Art. 8º** - É da competência do Diretor Financeiro do Conselho Municipal de Turismo:

- I. fiscalizar junto à Administração Municipal o recebimento de verbas direcionadas ao Turismo e ao Fundo Municipal do Turismo - FUMTUR, bem como preparar um relatório para informar aos demais membros do Conselho sobre estas;
- II. fiscalizar junto à Administração Municipal os gastos das verbas destinadas ao Turismo ou a eventos que promovam esta atividade no município;
- III. executar todos os demais serviços inerentes ao seu cargo, ou atribuídos pelo Presidente do Conselho;
- IV. assinar as atas das reuniões, juntamente aos demais membros do Conselho;
- V. cumprir as demais determinações deste regulamento.

## SEÇÃO V DO SECRETÁRIO EXECUTIVO

**Art. 9º.** Ao Secretário Executivo do Conselho Municipal de Turismo compete:

- I. assessorar o Presidente na elaboração das pautas das reuniões e nas matérias técnicas;
- II. secretariar as reuniões do COMTUR;
- III. preparar/redigir as atas das reuniões e assiná-las conjuntamente com o Presidente;
- IV. receber todo o expediente endereçado ao Conselho, registrar e tomar as providências necessárias;
- V. responsabilizar-se pelos livros, atas e outros documentos do COMTUR;
- VI. distribuir mediante determinação do Presidente, para estudo e relato dos membros do Conselho, os assuntos submetidos à deliberação deste órgão;
- VII. assinar as atas das sessões juntamente com os demais membros;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
CNPJ: 18.114.272/0001-88

---

VIII. cumprir as demais determinações deste regulamento.

**Parágrafo único.** Ao Secretário Adjunto compete colaborar com o Secretário Executivo substituindo-o na ausência ou impedimento.

**CAPÍTULO VI**  
**DAS COMISSÕES TEMÁTICAS**

**Art. 10.** O Presidente do COMTUR poderá constituir Comissões Temáticas para estudos e trabalhos especiais relacionados à competência do COMTUR.

§ 1º. As Comissões Temáticas serão constituídas no mínimo de 03 (três) Membros, podendo participar, a juízo do plenário, pessoas de reconhecida capacidade que não pertençam ao COMTUR.

§ 2º. O Presidente do COMTUR observará o princípio de rodízio e sempre que possível conciliará a matéria em estudo com a formação dos membros da Comissão.

§ 3º. As Comissões Temáticas terão os seus respectivos Presidentes e Relatores, designados pelos seus integrantes.

**Art. 11.** As Comissões Temáticas estabelecerão o seu programa de trabalho, cujo resultado será apreciado pelo COMTUR.

**Art. 12.** As Comissões Temáticas funcionarão de acordo com regulamentos e atribuições do COMTUR, dispostos neste Regimento.

**Art. 13.** As Comissões Temáticas extinguir-se-ão uma vez aprovado pelo plenário o relatório dos trabalhos que executarem.

**CAPÍTULO VII**  
**DO FUNCIONAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO**  
**SEÇÃO I**  
**DAS REUNIÕES**

**Art. 14.** O COMTUR reunir-se-á ordinariamente a cada 02 (dois) meses, com a presença de pelo menos a metade de seus membros e, extraordinariamente, quando convocado pelo Presidente ou mediante solicitação de pelo menos 1/3 (um terço) de seus membros titulares.

**Art. 15.** Não havendo quorum na primeira convocação, a reunião realizar-se-á após 15 (quinze) minutos, independentemente do número de membros presentes, salvo deliberação contrária dos Membros presentes.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ 18.114.272/0001-88

**§ 1º.** As Reuniões serão presididas pelo Presidente do COMTUR, na sua ausência pelo Vice-presidente, na ausência de ambos, pelo conselheiro mais antigo entre os presentes.

**§ 2º.** As decisões serão tomadas por maioria simples, cabendo ao Presidente do COMTUR apenas o voto de desempate. O voto será restrito apenas aos conselheiros.

**Art. 16.** As reuniões do Conselho serão abertas à assistência pública, concedido pelo Presidente o direito de voz, desde que não interfira no bom andamento dos trabalhos.

## SEÇÃO II DA ORDEM DOS TRABALHOS

**Art. 17.** Os assuntos serão distribuídos e discutidos no COMTUR, pela ordem cronológica das respectivas entradas.

**Parágrafo Único.** No caso de matéria urgente ou de alta relevância, poderá a mesma, a critério do Conselho, entrar imediatamente em discussão, ainda que não incluída na pauta do dia.

**Art. 18.** Os assuntos serão distribuídos aos membros do COMTUR, inclusive ao Presidente, obedecendo, sempre que possível, à especialidade do relator relativa à matéria em estudo.

**Art. 19.** A ordem dos trabalhos do Conselho será a seguinte:

- I. verificação da presença e existência de quorum;
- II. leitura, discussão, votação, aprovação e assinatura da ata da sessão anterior;
- III. expediente;
- IV. ordem do dia;
- V. outros assuntos de interesse.

**§ 1º.** A leitura da ata poderá ser dispensada pelo plenário quando sua cópia tiver sido distribuída, e/ou remetida por correio eletrônico aos membros do Conselho.

**§ 2º.** O expediente destina-se à leitura da correspondência recebida e de outros documentos.

**§ 3º.** A Ordem do Dia será organizada com os assuntos apresentados para discussão, acompanhados dos respectivos pareceres.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO**  
ESTADO DE MINAS GERAIS  
CNPJ 18.114.272/0001-88

---

**Art. 20.** Para efeito de deliberação após a leitura do parecer, o Presidente submeterá o assunto à discussão, dando a palavra ao membro que a solicitar.

**Parágrafo Único.** O período de discussão de cada matéria será previamente fixado pelo Presidente, cabendo a cada membro o mesmo espaço para debater os assuntos.

**Art. 21.** As matérias apresentadas na ordem do dia serão objeto de discussão, deliberação e votação na reunião em que forem apresentadas.

**Parágrafo único.** Quando a discussão, por qualquer motivo, não for encerrada em uma sessão, ficará automaticamente adiada para a sessão seguinte.

**Art. 22.** Durante as discussões, os membros do COMTUR poderão:

- I. levantar questões de ordem, expondo-as dentro do prazo fixado pelo Presidente;
- II. apresentar emendas ou substitutivos;
- III. opinar sobre os relatórios apresentados;
- IV. propor providências para a instrução do assunto em debate.

**Art. 23.** As propostas apresentadas durante a sessão deverão ser classificadas, a critério do Presidente, em matéria de estudo ou deliberação imediata.

**Art. 24.** O encaminhamento das questões de ordem não previstas neste Regimento será decidido pelo Presidente.

**SEÇÃO III**  
**DA EXECUÇÃO DOS TRABALHOS**

**Art. 25.** O Relator da Comissão Temática emitirá parecer por escrito, contendo o histórico e o resultado da matéria, as considerações de ordem prática ou doutrinária que entender cabíveis e sua conclusão ou voto.

**§ 1º.** O Relator poderá solicitar, a qualquer tempo, o encaminhamento do assunto em estudo a qualquer Órgão da Administração Municipal, cuja informação julgue necessária à elucidação da matéria que lhe for distribuída, bem como o comparecimento de quaisquer pessoas às sessões ou outras providências que julgar necessária;

**§ 2º.** Na hipótese de ser rejeitado o parecer de qualquer Membro, o Presidente designará novo Relator ou constituirá subcomissão para estudo da matéria.

**Art. 26.** A ordem do dia será organizada com os assuntos apresentados para a discussão, acompanhados dos respectivos pareceres.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
CNPJ 18.114.272/0001-88

---

**Art. 27.** Após a leitura do parecer, o Presidente submeterá o assunto à discussão, dando a palavra ao membro que a solicitar.

**Parágrafo Único:** O período para discussão de cada matéria será previamente fixado pelo COMTUR, cabendo a cada membro o mesmo espaço de tempo para debater os assuntos.

**Art. 28.** Durante a discussão, os membros do COMTUR poderão:

- I. apresentar emendas ou substitutivos;
- II. opinar sobre relatórios apresentados;
- III. propor providências para a instrução do assunto em debate.

**Art. 29.** As propostas apresentadas durante a sessão deverão ser classificadas, a critério do Presidente, em matéria de estudo ou deliberação imediata.

**Art. 30.** O membro do COMTUR que não julgar suficientemente esclarecido quanto à matéria em exame poderá requerer diligências, pedir vista do processo relativo ao assunto em estudo, ou mesmo o adiamento da discussão ou votação.

§ 1º. O prazo de vista será de 10 (dez) dias, podendo a critério do COMTUR, ser prorrogado ou reduzido, segundo a complexidade e urgência da matéria;

§ 2º. Quando a discussão, por qualquer motivo, não for encerrada em sua sessão, ficará adiada para a sessão seguinte.

#### **SEÇÃO IV** **DAS VOTAÇÕES**

**Art. 31.** Encerrada a discussão, a matéria em estudo será submetida à votação do plenário, juntamente com as emendas e/ou substitutivos apresentados.

**Art. 32.** A votação poderá ser simbólica ou nominal.

§ 1º. A votação simbólica far-se-á conservando-se sentados os que aprovam, levantando os que desaprovam a proposição.

§ 2º. A votação simbólica será regra geral para as votações, somente sendo abandonada por solicitação de qualquer Membro, aprovada em plenário.

§ 3º. A votação nominal será feita pela chamada dos presentes, devendo os Membros do Conselho responder sim ou não, conforme sejam favoráveis ou não à proposta.

**Art. 33.** Ao anunciar o resultado das votações, o Presidente declarará quantos votos foram favoráveis ou contrários.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ 18.114.272/0001-88

**Parágrafo Único.** Havendo dúvidas sobre o resultado, o Presidente poderá pedir aos membros que se manifestem novamente.

**Art. 34.** Cabe ao plenário decidir o tipo de votação a ser adotado.

**Art. 35.** Não poderá haver voto por delegação.

**Art. 36.** As decisões do COMTUR serão tomadas por maioria simples.

**Art. 37.** O Vice-Presidente, quando não estiver no exercício da Presidência, e os Secretários Executivo e Adjunto terão direitos a voz e voto, como os demais Membros.

**Art. 38.** As deliberações do COMTUR denominar-se-ão "Parecer", caso a matéria seja submetida à sua apreciação, ou "Resolução", caso decorra de sua própria iniciativa.

§ 1º. Estas peças serão redigidas e assinadas pelos relatores e deverão ser apresentados à Secretaria do COMTUR, até 10 (dez) dias após a respectiva aprovação pelo Plenário.

§ 2º. Em casos especiais estas peças serão lavradas e assinadas na própria sessão.

**Art. 39.** As resoluções e pareceres serão assinados por todos os membros do COMTUR e encaminhados a quem de direito.

## SEÇÃO V DAS ELEIÇÕES

**Art. 40.** Para fins de eleição, os Conselheiros serão convocados pelo Presidente a cada 2 (dois) anos.

§ 1º. A reunião para eleição deverá ser realizada na primeira quinzena do mês anterior ao da posse da nova Diretoria.

§ 2º. A eleição para a escolha da Diretoria será por voto nominal;

§ 3º. A convocação para a reunião da eleição deverá ter antecedência mínima de 15 (quinze) dias, onde se informará a data limite para a inscrição de chapas, não sendo aceitas chapas incompletas, que deverão ser encaminhadas com uma declaração de cada participante, concordando com a inclusão de seu nome, sendo vedada a participação do candidato a presidente, secretário ou tesoureiro em mais de uma chapa.

§ 4º. A Diretoria caberá verificar a elegibilidade dos membros de cada chapa.

§ 5º. A Diretoria se obriga a fornecer no prazo máximo de 2 (dois) dias após o





## PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.114.272/0001-88

requerimento do coordenador de cada chapa e sob protocolo, o nome e endereço de todos os Membros candidatos.

§ 6º. Na mesma convocação a Diretoria definirá a data, local e horário da eleição, que se realizará com qualquer número de conselheiros presentes, informando o local em que estarão disponíveis as informações sobre as chapas participantes com os candidatos a cada cargo.

§ 7º. Antes de iniciada a votação, cada candidato a Presidente que desejar, poderá fazer uso da palavra para expor as linhas gerais de seu programa de ação, por tempo previamente estipulado pelo Presidente, sendo expressamente vedado ataques pessoais, sob pena de ser cassada a palavra pelo Presidente.

§ 8º. Somente poderão votar os membros do Conselho, e encerrado o horário da votação o Presidente do CQMTUR procederá a apuração voto a voto, que após serem vistados pelos fiscais de cada chapa concorrente, serão totalizados. Caso ocorra alguma impugnação, os votos impugnados serão julgados ainda durante a reunião pela plenária do COMTUR e a seguir totalizados, sem direito a qualquer recurso adicional.

§ 9º. Terminada a apuração, a chapa que obtiver o maior número de votos será declarada eleita, e em caso de empate, considerar-se-á vencedora a chapa pela maior antiguidade do candidato a Presidente no COMTUR, devendo ser empossada em solenidade que ocorrerá no último dia da gestão em vigência.

### CAPÍTULO VIII

#### DAS ATAS

Art. 41. As atas poderão tanto ser lavradas a punho em Livro de Atas próprio, quanto digitadas, impressas e afixadas neste livro. Nelas se resumirão com clareza os fatos relevantes ocorridos durante a sessão, devendo conter:

- I. dia, mês, ano e hora da abertura e encerramento da sessão;
- II. o nome do Presidente ou do seu substituto legal;
- III. os nomes dos membros que houverem comparecido, bem como dos eventuais convidados;
- IV. os nomes dos membros que houverem faltado, com ou sem justificativa.
- V. o registro dos fatos ocorridos, dos assuntos tratados, dos pareceres e resoluções, mencionando-se sempre a natureza dos estudos efetuados.

Art. 42. Lida no começo de cada sessão, a ata da sessão anterior será discutida, retificada, quando for o caso, assinada pelo secretário e submetida ao Conselho, o Presidente declara a data da aprovação e subscreve ao encerrá-la.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ 18.114.272/0001-88

**Art. 43.** As atas serão registradas em livro próprio, rubricado em todas as páginas pelo Presidente do COMTUR, e a responsabilidade de guarda deste livro será do Secretário Executivo.

### CAPÍTULO VIX DAS INSTITUIÇÕES E PERDAS DE MANDATO

**Art. 44.** Os membros do COMTUR estarão dispensados de comparecer às sessões, por ocasião de férias ou licenças que lhe forem regularmente concedidas pelos respectivos órgãos, repartições ou empregos onde desenvolvam suas atividades.

**Parágrafo Único.** Nesta hipótese deverão comunicar por escrito ao COMTUR, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, salvo motivo urgente devidamente justificado.

**Art. 45.** O Presidente será substituído em suas ausências ou impedimentos ocasionais pelo Vice-presidente.

**Art. 46.** Os membros do COMTUR em suas ausências serão substituídos, observando os seguintes critérios:

- I. o que pertencer ao serviço público será substituído por funcionário categorizado, pertencente ao mesmo órgão, indicado por escrito pelo seu dirigente máximo;
- II. o representante do setor privado e ou da comunidade, por elemento indicado por escrito pela respectiva organização a que pertence.

**Art. 47.** Os membros do COMTUR perderão o mandato nas seguintes hipóteses:

- I. faltar sem justificativa prévia e escrita a 03 (três) sessões consecutivas do Conselho, por período superior a 30 (trinta) dias ou mais de 06 (seis) sessões do Conselho alternadas;
- II. tornar-se incompatível com o exercício do cargo por improbidade ou prática de atos irregulares.

**§ 1º.** O Presidente do COMTUR é a autoridade competente para declarar a perda de mandato de qualquer membro, depois de apuração da infração ou falta grave;

**§ 2º.** Os Membros das Comissões Temáticas perderão o mandato pelos mesmos motivos estabelecidos para os Membros do COMTUR;

**§ 3º.** Os Membros do COMTUR que quiserem se candidatar a cargo eletivo deverão se destituir do cargo de Conselheiro, seis meses antes da data das eleições.

### CAPÍTULO X





# PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.114.272/0001-88

## DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

**Art. 48.** O COMTUR considerar-se-á constituído, quando empossados os seus membros.

**Art. 49.** A função dos membros do COMTUR, honorífica e não remunerada, é considerada de relevante interesse público.

**Art. 50.** Este Regimento poderá ser alterado, mediante proposta de qualquer membro do Conselho, aprovada pela maioria absoluta de seus membros, e ratificada pelo Prefeito Municipal.

**Art. 51.** Os casos omissos e as dúvidas suscitadas na aplicação do presente Regimento serão resolvidos pelo Presidente do Conselho.

Divino, 20 de abril de 2018.

### MEMBROS EFETIVOS:

**Hans Heinisch**

Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo

**Lorena Pedrosa**

Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo

**Rafael Pereira Muniz**

Secretaria de Administração e Finanças

**Jean Garcia de Souza**

Secretaria de Obras

**Andréia Medeiros Chaves**

Setor Municipal de Patrimônio Cultural

**Gilberto Pinheiro de Miranda**

Comércio Local (bares, restaurantes, lanchonetes)

**Maycon da Silva Melo**

Comércio Local



**PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
CNPJ: 18.114.272/0001-88

**Viviane Souza Cunha**  
Sindicato dos Produtores Rurais

**Adegilson Schetine Ferreira**  
Meios de Transporte

**Levi Alves de Abreu**  
Sindicato dos Trabalhadores Rurais